

PRESENÇA FRANCISCANA E SUPREMACIA JESUÍTICA NO CAMPO DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA COLONIAL – UM DIAGNÓSTICO NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA ANÁLISE DOS CBHE DA SBHE

FRANCISCAN PRESENCE AND JESUIT SUPREMACY IN THE FIELD OF HISTORY AND HISTORY OF EDUCATION IN THE COLONIAL ERA – A DIAGNOSIS IN HISTORIOGRAPHICAL RESEARCH FROM THE ANALYSIS OF THE CBHE OF THE SBHE

PRESENCIA FRANCISCANA Y SUPREMACÍA JESUÍTICA EN EL CAMPO DE LA HISTORIA Y DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LA ÉPOCA COLONIAL - UN DIAGNÓSTICO EN LA INVESTIGACIÓN HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DEL ANÁLISIS DE LOS CBHE DE LA SBHE

Luiz Fernando Conde Sangenis¹, Peter Johann Mainka²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ²Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: lfsangenis@uol.com.br

Resumo: A análise dos anais das nove edições dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE) da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), após 20 anos de existência, fez-nos concluir que um número diminuto de pesquisas tematizou o período colonial brasileiro: apenas 26 trabalhos. A quase totalidade desses trabalhos versava centralmente sobre a atuação dos membros da Companhia de Jesus e utilizava exclusivamente fontes jesuítas, a despeito da atuação histórica, evangelizadora e educacional de outras ordens religiosas que marcaram presença no Brasil, desde o século XVI, nomeadamente a Ordem Franciscana e suas ramificações, centro de nosso interesse. O objetivo deste artigo é problematizar essa opção majoritária dos pesquisadores, atinente à demarcação temporal e à seleção das fontes historiográficas utilizadas.

Palavras-chave: Franciscanos, Jesuítas, fontes historiográficas, demarcação temporal.

Abstract: The analysis of the nine editions' Annals of the Brazilian Conferences on History of Education (CBHE) of the Brazilian Society of History of Education (SBHE), after 20 years of existence, has led us to conclude that a small number of researches have thematized Brazilian colonial period: only 26 works. Almost all of these works have dealt centrally with the work of members of the Society of Jesus and used exclusively Jesuit sources, despite the historical, evangelizing and educational activity of other religious orders that have been present in Brazil since the 16th century, namely the Franciscan Order and its branches, center of our interest. The aim of this study was to problematize this majority choice among the researchers, regarding the temporal demarcation and the selection of the historiographical sources.

Keywords: Franciscans, Jesuits, historiographical sources, temporal demarcation.

Resumen: El análisis de las Compilaciones de las nueve ediciones de los Congresos Brasileños de Historia de la Educación (CBHE) de la Sociedad Brasileña de Historia de la Educación (SBHE), después de 20 años de existencia, nos hizo concluir que un número mínimo de investigaciones tematizó el período colonial brasileño: solo 26 trabajos. La casi totalidad de estos trabajos versaba centralmente sobre la actuación de los miembros de la Compañía de Jesús y utilizaba exclusivamente fuentes jesuítas, a pesar de la actuación histórica, evangelizadora y educativa de otras órdenes religiosas que marcaron presencia en Brasil, desde el siglo XVI, en particular la Orden Franciscana y sus ramificaciones, centro de nuestro interés. El objetivo de este artículo es problematizar esa opción mayoritaria de los investigadores, respecto a la demarcación temporal y la selección de las fuentes historiográficas utilizadas.

Palabras clave: Franciscanos, jesuítas, fuentes historiográficas, demarcación temporal.

INTRODUÇÃO

Os Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), realizados ao longo dos 20 anos de existência da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), representam, de forma exemplar, o palco acadêmico no qual as pesquisas mais atuais da área são apresentadas e discutidas. Os trabalhos refletem, de certa forma, as tendências da pesquisa, sejam elas consolidadas, sejam inovadoras. O conjunto dos temas apresentados fornece uma imagem real das atividades de pesquisa na história da educação. Nesse sentido, os CBHE são os lugares adequados para encetarmos estudos capazes de proporcionar compreensões acerca dos delineamentos que conferem identidade ao campo de pesquisa da história da educação no Brasil.

As análises feitas, sob múltiplos vieses, que se debruçam sobre as várias centenas de temas, encontram-se publicadas nos anais dos CBHE, perfazendo nove edições: a primeira, ocorrida no Rio de Janeiro (RJ), em 2000, até a última, em João Pessoa (PB), em 2017. Os anais se tornaram um dos meios de comunicação e publicação mais reconhecidos e representativos na área da história da educação, dando espaço para discutirmos e problematizarmos as questões mais variadas: fontes, autores, teorias interpretativas, metodologias, demarcações temporais, temáticas, estilos de escrita, tipos de linguagem, bem como tendências e perspectivas da historiografia da educação brasileira. Entre as diversas possibilidades analíticas dos anais dos CBHE, nosso objetivo é o de discutir as opções dos pesquisadores atinentes à demarcação temporal das pesquisas e à seleção das fontes utilizadas.

Os anais das nove edições do CBHE compuseram a base documental da análise que, a seguir, apresentamos¹. Interessou-nos, em primeiro lugar, identificar quais e quantos trabalhos tematizaram o período colonial. O resultado foi inequívoco: um número diminuto de pesquisas dedicou-se a desenvolver temáticas com essa demarcação temporal, 26 trabalhos ao todo. Parte bastante significativa dos pesquisadores que apresentaram trabalhos ao longo das edições do CBHE trataram da história do tempo presente e dos séculos XIX e XX.

Do acanhado número de trabalhos que se dedicaram ao período colonial brasileiro, à exceção de um, todos os demais tematizaram centralmente a atuação dos membros da Companhia de Jesus nas terras brasílicas e as suas ações evangelizadoras-educacionais. De forma subsidiária, quatro deles citaram outras ordens religiosas, franciscanos, capuchinhos e/ou carmelitas, conforme podemos verificar na tabela 1:

¹ As edições ocorreram nos seguintes anos: 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2011, 2013, 2015 e 2017. Os Anais dos CBHE estão acessíveis na página da SBHE: <http://www.sbhe.org.br/anais-cbhe>. Não foi possível acessar os Anais do CBHE de 2008, em razão de os arquivos não estarem mais disponíveis para acesso.

Tabela 1 - Comunicações CBHE que tematizam o período colonial².

Ano: 2000			
Título	Autor	Ordem	Pasta
1. A pedagogia moderna: os hábitos, os costumes e a cultura como elementos explicativos da história da educação (1539-1759)	Ana Maria Moura Lins (UFAL)	Jesuítas	Fontes, categorias e métodos
2. La educación como encuentro entre dos culturas em las misiones jesuíticas: ficciones y utopías	Laura Azcona; Evangelina Beierbach; Valeria Gonzalez; Estela Picco	Jesuítas	Gênero e etnia
3. Pão, disciplina e trabalho: uma proposta de educação religiosa no Brasil Colonial	Ana Palmira Bittencourt Casimiro (UFBA e UESB)	Jesuítas	Pensamento educacional
4. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial	Amarílio Ferreira Jr.; Marisa Bittar	Jesuítas	Processos práticos e educativos
Ano: 2002			
5. A catequese e a educação jesuítica no Grão-Pará	Anselmo Alencar (UFPA)	Jesuítas	Tema 1 Nº 0105
6. Uma concepção pedagógica insistente para os escravizados da Bahia Colonial	Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro	Jesuítas	Tema 4 Nº 0407
7. A racionalidade jesuítica e a formação do indivíduo	Célio Juvenal Costa	Jesuítas	Tema 4 Nº 0451
8. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil 1549-1910)	Maria Inês Sucupira Stamatto	Cita os jesuítas e os franciscanos	Tema 5 Nº 0539
10. Religiosidade e formação da cultura brasileira: séculos XVI e XVII	José Maria de Paiva	Jesuítas	Tema 7 Nº 0707
Ano: 2004			
11. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o <i>Ratio Studiorum</i>	Célio Juvenal Costa (UEM)	Jesuítas	Comunicações – Eixo 1 Nº 267
12. Portugal e a instrução pública no Brasil Colonial: 1548/1759	Carlos Eduardo dos Reis (UFSC)	Jesuítas	Comunicações – Eixo 1 Nº 101

²A tabela foi composta com a colaboração das bolsistas de Iniciação Científica da UERJ, Samira Lúcia Dias dos Santos de Sousa e Ketley Flor Soares Bially.

Ano: 2006			
13. As representações de ensino, escola e aluno nas cartas de Manuel da Nóbrega (1549-1559)	Marcos Roberto de Faria (PUC-SP)	Jesuítas	Individuais – Eixo 2
14. Soldados da fé: a formação dos jesuítas que atuaram nas missões do Itatim	Neimar Machado de Sousa; Amarílio Ferreira Jr. (UFSCar)	Jesuítas Cita os franciscanos	Individuais – Eixo 3
15. Organização e educação jesuítica no império português do século XVI	Célio Juvenal Costa (UEM)	Jesuítas	Individuais – Eixo 3
16. Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira	Luiz Fernando Conde Sangenis (UERJ)	Franciscanos Cita os jesuítas	Individuais – Eixo 5
Ano: 2008 – Arquivos não encontrados			
Ano: 2011			
17. Os capuchinhos italianos na formação do povo no Nordeste brasileiro (XVIII-XIX)	Ivanildo Gomes dos Santos; Maria das Graças de Loiola Madeira; Edgleide de Oliveira Herculano	Capuchinhos Cita os jesuítas e os franciscanos	1228 – Individuais <i>Eixo Temático 2</i> História das Instituições e Práticas Educativas
18. História da profissão docente em Portugal e no Brasil no século XVIII	Elaine Maria Santos; Sara Rogéria Santos Barbosa (UFS)	Jesuítas	809 – Individuais <i>Eixo Temático 4</i> História da profissão docente
19. Memória dos jesuítas portugueses e a História da Educação Brasileira: relação entre a obra de Serafim Leite e Fernando de Azevedo	Maria Juraci Maia Cavalcante (UFC)	Jesuítas	512 – Individuais <i>Eixo Temático 5</i> Impressos, Intelectuais e História da Educação
20. Educação jesuítica no projeto colonial de Portugal no Brasil: o caso do ensino secundário	Solange Aparecida Zotti (UnC)	Jesuítas	1353 – Individuais <i>Eixo Temático 6</i> Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira

Ano: 2013			
21. História da alfabetização: reflexões sobre as contribuições da Companhia de Jesus	Ayala de Sousa Araújo (UFS)	Jesuítas	Eixo Temático 4 – História da Educação de crianças - jovens adultos no Brasil
Ano: 2015			
22. A Educação jesuítica de crianças negras no período do Brasil Colonial	Helena Maria Alves Moreira; Cristina da Fonseca Amâncio; Luciana Maria da Conceição Vieira	Jesuítas	Eixo Temático 7 – História das Instituições e Práticas Educativas
23. Jesuítas, educação e ciências: um debate político historiográfico	Maria Juraci Maia Cavalcante (UFC)	Jesuítas	Eixo Temático 8 – Impressos, Intelectuais e História da Educação
Ano: 2017			
24. Iluminismo da fé ou da razão: métodos e relatos dos missionários jesuítas na formação da ciência e educação moderna (Século XVI-XVIII)	Maria Juraci Maia Cavalcante (UFC)	Jesuítas	Comunicação individual Teoria da história e historiografia da Educação
25. 'O homem é capaz de educação': um ensaio sobre a pedagogia humanística dos intelectuais da Companhia de Jesus	Maria Juraci Maia Cavalcante (UFC)	Jesuítas	Comunicação coordenada Intelectuais e projetos educacionais
26. Sensibilidade cristã nas ações educativo- missionárias de ordens religiosas, espanholas e portuguesas, nas capitânicas do Rio Grande e do Maranhão	Marlúcia Menezes de Paiva; Kilza Fernanda Moreira de Viveiros	Jesuítas Cita outras ordens (carmelitas, franciscanos e capuchinhos)	Comunicação coordenada Movimentos sociais, etnias e gêneros

Fonte: Os autores.

Nossa análise dos recortes temporais e temáticos é inequívoca: a maioria dos trabalhos é dedicada à época contemporânea. Dos relativamente poucos trabalhos dirigidos ao período colonial, a maioria avassaladora se debruça sobre questões relacionadas com a Companhia de Jesus, a sua atuação na conquista e colonização, a evangelização e catequese dos gentios, a sua domesticação e civilização, a sua cooperação com as autoridades seculares, em detrimento das outras ordens religiosas, nomeadamente da Ordem dos Frades Menores (OFM)³ e dos seus diferentes ramos, que apresentaram o maior número de religiosos atuantes no Brasil colonial. Esse desequilíbrio na área de pesquisa da história e da história da educação sobre a época colonial está no foco das nossas reflexões a seguir.

TEMAS, PERSPECTIVAS E FONTES: SOB O DOMÍNIO DA COMPANHIA DE JESUS

Ainda hoje, na historiografia, de modo geral, e na historiografia da educação sobre o Brasil colonial, de forma consequente, prevalece, com clareza, a perspectiva jesuítica, a visão de uma ordem que chegou mais tarde ao Brasil – em comparação, por exemplo, aos frades franciscanos – e que foi supressa, em 1759, pela Coroa portuguesa, enquanto as outras ordens religiosas continuaram a atuar no Brasil.

No *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)* (Vainfas, 2000), dirigido e organizado por Ronaldo Vainfas, não há sequer um verbete referente à Ordem Franciscana. Enquanto esse dicionário contém, ao todo, 17 verbetes sobre representantes da Companhia de Jesus, entre eles padres mais conhecidos como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira e padres menos conhecidos como Antônio Gouvêa, Antônio Rodrigues e Simão de Vasconcelos, encontram-se somente nove sobre frades franciscanos, entre estes, Antônio de Santa Maria Jaboação, Cristóvão de Lisboa, Fabiano de Cristo, Vicente do Salvador e os dois franciscanos franceses Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux, um diagnóstico surpreendente, tomando em consideração o fato de que o número dos franciscanos atuantes no Brasil colonial ultrapassou o dos jesuítas.

O mesmo desequilíbrio constatamos em outras reuniões científicas de pesquisadores da história da educação do Brasil e mesmo do campo mais amplo da história do Brasil. Durante a programação do VII Encontro Internacional da História Colonial, realizado no início de setembro de 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal (RN), também houve, quase exclusivamente, trabalhos sobre a atuação jesuítica na época colonial (Espaços coloniais..., 2018). Os livros de história do Brasil e de história da educação e/ou da pedagogia no Brasil, quando tratam sobre o período colonial, também se atêm aos jesuítas, e

³ Nome oficial da Ordem fundada por São Francisco de Assis, em 1209, popularmente chamada Ordem Franciscana ou Ordem de São Francisco.

pouquíssimos⁴mencionam, ainda que minimamente, a atuação histórica, evangelizadora e educacional de outras ordens religiosas que marcaram presença no Brasil, desde o século XVI, e nomeadamente da Ordem Franciscana e das suas ramificações⁵, que estão no centro do nosso trabalho. Quais são as razões desse desequilíbrio? Quais são as suas consequências? E quais são as conclusões para a pesquisa futura?

Uma das razões mais contundentes é o número avassalador de documentos e manuscritos produzidos pelos membros da Companhia de Jesus, uma ordem acentuadamente nova, moderna e baseada, amplamente, na escrita como meio de comunicação tanto interna quanto externa. Em comparação com as outras ordens religiosas que foram fundadas, majoritariamente, na Idade Média, a Companhia de Jesus é percebida pela historiografia atual como modelo exemplar de uma ordem típica dos tempos modernos. A *Societas Jesu* se tornou um modelo de dominação, do tipo monárquico-absolutista, cuja organização institucional e administrativa garantiu uma presença coesa e uniforme da ordem em todos os cantos do mundo conhecido naquele momento: fundada, em 1534, por um ex-militar, confirmada pelo papado, em 1540, organizada, com base em uma obediência incondicional de baixo para cima, de modo rigorosamente hierárquico, orientada nos critérios modernos de racionalidade e eficiência e estruturada, de forma precisamente centralizada, em Roma, sede central da ordem, de onde as atividades da Companhia foram determinadas, de forma unilateral, até os colégios, as casas e missões em cada uma das suas respectivas províncias.

Com o seu sistema rígido de informação e comunicação interna (Friedrich, 2011) e externa por meio de cartas periódicas e relatos frequentes, a Companhia de Jesus conseguiu consolidar a estrutura da ordem, estreitar a coesão e identidade dos seus membros, demonstrar os seus feitos extraordinários para as autoridades seculares e todo o mundo externo, e, ao longo do tempo, também adquirir influência notável sobre a posteridade e a memória coletiva. Desse modo, os jesuítas produziram uma multiplicidade de documentos e textos, guardados nos grandes arquivos e nas bibliotecas famosas ou – em grande número – editados e disponibilizados para a pesquisa histórica. Lembramos os três volumes das *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* (Leite, 1954), ou as *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)* (Leite, 1940), todas elas editadas por Serafim Leite (1890-1969), ou ainda os cinco volumes dos *Monumenta Brasiliae* (1956-1968), editados também por Serafim Leite e integrantes da série ampla (até agora 157 volumes) dos *Monumenta*

⁴ São eles, Sangenis (2006), Aranha (2006) e Saviani (2007), sendo que Saviani e Aranha limitam-se a mencionar e a comentar rapidamente a pesquisa original de Sangenis (2004), ainda, no formato de tese.

⁵ Além dos já mencionados jesuítas, marcaram presença no Brasil, desde o século XVI, franciscanos, beneditinos, carmelitas e mercedários.

Histórica Societatis Iesu (MHSI)⁶. Dentro dessa série, referem-se quatro outras secções de obras jesuítas atuantes na época colonial em diferentes partes do vasto Império Marítimo Português: os 18 volumes dos *Documenta Indica (1540-1597)* (1948-1988), os três volumes dos *Monumenta Malucensia (1542-1682)* (1974-1984), um volume, intitulado *The Jesuit Makasar documents (1615-1692)* (1988), e três volumes dos *Monumenta Historica Japoniae (1548-1562)* (1975-1995) – um número enorme de fontes primárias impressas sobre as atividades jesuíticas no reino de Portugal e suas colônias, de fácil acesso tanto aos professores e pesquisadores quanto aos graduandos, mestrandos e doutorandos dos cursos de História, Educação e outras ciências vizinhas. Além dessa documentação provida da comunicação interna da Companhia de Jesus, não podemos esquecer a quantidade notável de histórias e crônicas, sermões e peças teatrais, dicionários e gramáticas, produzidos por jesuítas na América Portuguesa, que se tornaram a base comum de qualquer pesquisa sobre o Brasil colonial. Citamos os seguintes exemplos: Padre André João Antonil (2007), ou seja, o jesuíta italiano Giovanni Andreoni (1649-1716), e sua obra de 1711, intitulada *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*; Padre José de Anchieta (1534-1597), o apóstolo do Brasil, e sua famosa *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) (Anchieta, 1933); Padre Jorge Benci (1650-1708) e sua obra de 1700, intitulada *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (1954); Padre João Felipe Bettendorff (1625-1698), nascido em Luxemburgo e um dos missionários mais importantes no norte do Brasil, e sua *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (1698)⁷ (Bettendorff, 1990); Padre Fernão Cardim (1549-1625) e os seus dois escritos intitulados *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc.* e *Tratados da terra e gente do Brasil* (Cardim, 1847), que foram publicados, juntos, a primeira vez em 1925 por Capistrano de Abreu (1853-1927) sob o título *Tratados da terra e gente do Brasil* (Cardim, 1939); Padre João Daniel (1722-1776) e o seu ‘Tesouro descoberto no Rio Máximo Amazonas’ (1757-1762) (Daniel, 1975), livro famoso sobre a história, geografia e recursos naturais da região do Amazonas; Padre Luiz Figueira (1575-1643), um dos primeiros missionários no Maranhão e no Pará, concorrendo com os franciscanos, e a sua ‘Relação do Maranhão, 1608’ (Figueira, 1887); Padre Antônio Vieira (1608-1697) e os seus famosos *Sermões* (1954-1957) de excelência literária.

Essa longa lista de obras famosas dos padres da Companhia de Jesus, familiarizados com as realidades política e socioeconômica, religiosa e geográfica das diferentes regiões do Brasil, evidencia, nitidamente, o predomínio dos jesuítas na historiografia. As suas fontes criaram, em geral, os fundamentos de informação

⁶ Podemos mencionar, entre outros, os *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI) (até agora 157 volumes), entre eles, os *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu* (MPSI) (7 volumes), os *Monumenta Brasiliae* (5 volumes) ou os *Monumenta Indica* (18 volumes); ver a lista no site do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (2019).

⁷ A 1ª edição foi publicada pela Revista do IHGB em 1909, vol. 72, p. 1-697.

para a história não somente da própria ordem, mas também da política, da economia e da sociedade, em geral.

Desde a sua fundação, a Companhia de Jesus desenvolveu as suas atividades, sobretudo em quatro áreas: (1) no combate aos inimigos da fé cristã no contexto da Contrarreforma; (2) na catequese e missão fosse na Europa no processo de confessionalização em relação à população ainda pouco relacionada com o catolicismo do cunho tridentino (Concílio de Trento, 1545-1563), fosse no Ultramar em relação aos indígenas considerados 'sem lei, sem rei e sem fé'; (3) como confessores dos príncipes e de reis poderosos, sempre estando perto das elites; e (4) na educação e no ensino, conseguindo uma posição de monopólio nos ensinos médio e superior nos territórios católicos, por exemplo, do Sacro Império Romano-Germânico e de Portugal e seus domínios no Ultramar.

Os novos métodos didáticos, derivados dos 'Exercícios' regulares, desenvolvidos pelo próprio fundador Inácio de Loyola (1491-1556), e o novo currículo e plano organizacional para os estudos, resumido na *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (1599) (Franca, 1952), contribuíram, de fato, para a melhoria e modernização das escolas controladas por eles nos séculos XVI e XVII. Os sete volumes dos *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu Nova Editio* (1540-1616) (Lucáks, 1965-1992) e o volume de uma edição mais antiga (1901) são reflexos desses esforços da Companhia de Jesus nessa área durante os tempos modernos. Também no Brasil colonial, a Companhia de Jesus se destacou na educação e formação dos jovens nos seus colégios e nas escolas, identificada como a ordem religiosa que se preocupou, quase que única e exclusivamente, com questões da educação nas terras inóspitas do Brasil colonial – em detrimento das iniciativas das outras ordens religiosas e, em especial, dos franciscanos, cujas atividades variadas foram diminuídas, assombradas e até despercebidas diante da forte luz da atuação jesuítica nessa área.

As cartas jesuíticas, já nos tempos da sua produção, circulavam no mundo inteiro dentro da própria Companhia de Jesus e, muitas vezes, fora da própria instituição (Borja González, 2011). O material escrito, produzido, de forma regular, frequente e periódica pela Companhia de Jesus, em forma de cartas, textos e relatos, favoreceu a superioridade das fontes jesuíticas nos arquivos e nas bibliotecas, lugares da memória coletiva de Estados e nações, e facilitou a publicação de fontes impressas, que, por sua vez, direcionaram e influenciaram as pesquisas históricas. A maioria delas privilegiou temas ligados à Companhia de Jesus e à perspectiva jesuítica sobre outros assuntos da época colonial – questões do Estado, da economia e da sociedade –, enquanto a atuação da Ordem de São Francisco e de outras ordens religiosas ficou marginalizada.

OS FRANCISCANOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL: A NECESSIDADE DE PÔR FIM AO MONOPÓLIO DA COMPANHIA DE JESUS

Em tese, nos tempos atuais, não haveria motivo para a historiografia da educação brasileira dar endosso a uma espécie de exclusivismo da ação jesuítica no cenário educacional brasileiro, bem como apenas se servir das fontes e referências produzidas pela perspectiva dos jesuítas e da Companhia de Jesus.

Primeiramente, porque é consabido, a partir dos próprios testemunhos dos jesuítas que missionaram o Brasil, a partir de 1549, e que para além dos seus próprios feitos se referiram às obras alheias⁸ – no que pese todo o tipo de emulação típica dos tempos coloniais entre as ordens religiosas –, terem sido os franciscanos os primeiros missionários a desembarcar no Brasil⁹ e aqueles que permaneceriam atuantes nas novas terras conquistadas durante os 49 anos iniciais de colonização que precederam a chegada dos inacianos à Bahia¹⁰. Nesse período, houve, ao todo, nove grupos de franciscanos que atuavam, de forma isolada, na missão e na educação no território brasileiro, sem pretender ou conseguir uma instalação institucional e estável (Vat, 1948).

Gilberto Freyre (1959, p. 15), a esse respeito, dá o endosso:

Não há novidade nenhuma em dizer-se da gente brasileira que uma das influências decisivas em sua formação vem sendo a da Igreja, nem que, dessa influência, a que aqui madrugou, para nunca mais deixar de fazer-se sentir sobre essa mesma gente, ora de modo mais intenso, ora com menor vibração, foi e é a franciscana.

Não obstante, com base nas fontes tradicionais, a Companhia de Jesus é considerada uma ordem devotada à educação e ao ensino, cujos membros se dedicaram, em geral, às ciências, à pesquisa e à erudição e tornaram-se, em parte, cientistas famosos e especialistas extraordinários em diversas áreas. Os jesuítas são percebidos como pessoas que se esforçaram a aprender, rapidamente, línguas diferentes, sobretudo daquelas populações que deveriam ser convertidas à fé católica, e destacaram-se, conseqüentemente, como autores de gramáticas, dicionários e ‘artes de língua’. Na sua obra ‘heroica’ de evangelização e conversão dos gentios, salientavam-se por defender, rigorosamente, os interesses e direitos

⁸ Várias são as cartas jesuíticas que se referem à ação dos franciscanos no Brasil antes da chegada dos jesuítas. Sobre o assunto, conferir Vat (1944).

⁹ Eram oito os franciscanos que acompanhavam a esquadra de Cabral, em 1500, liderados pelo frei Henrique Soares de Coimbra.

¹⁰ Os franciscanos, ainda que de modo disperso, em várias partes do Brasil, foram protagonistas de atividades missionárias e educativas.

dos indígenas explorados e oprimidos, sem medo diante das autoridades seculares e aceitando até desvantagens e sacrifícios.

Por sua vez, a representação tradicional dos franciscanos, também fundada em estereótipos, é bem diferente: a Ordem de São Francisco, geralmente, é pouco associada à educação, ao ensino ou até à erudição; os seus membros são representados de forma mais simples, incultos, pouco ou não interessados nas ciências ou em questões intelectuais. Os franciscanos, em geral, pouco se preocupavam com línguas estrangeiras e, conseqüentemente, por falta desses conhecimentos linguísticos, a sua catequese dos indígenas teria sido, em grande parte, mais exterior e superficial. Quanto às suas relações com as tribos brasileiras, os franciscanos foram considerados obedientes às autoridades seculares, apoiando a opressão e a exploração dos indígenas pelos colonos brancos, sem questionar os excessos ocorridos.

Ambas as representações simplificadas e exageradas são clichês que não correspondem à realidade histórica, mas, ainda hoje, parecem induzir parte da sociedade, às vezes, deixando marcas nos livros didáticos e currículos escolares. As duas ordens atuavam na educação e no ensino, uma parte dos seus membros dedicava-se à pesquisa e à erudição, escrevendo obras primas nas diversas áreas e tornando-se especialistas extraordinários. A aprendizagem das línguas indígenas foi o fundamento de qualquer conversão de indígenas, assim que nas duas ordens encontram-se, dependendo das capacidades individuais, 'línguas' de excelente qualidade. E as relações dos religiosos das duas ordens com os indígenas sempre foi ambígua: por um lado os missionários colaboraram com as autoridades seculares e apoiaram a conquista, a colonização e o combate aos indígenas, por outro lado, também assumiam lugares e atitudes de defesa dos seus direitos e interesses.

Não há dúvida de que todas as ordens religiosas presentes no Brasil deram sua contribuição à educação. É bem verdade que os jesuítas tinham o monopólio régio para atuar nos ensinos secundário e superior, em Portugal e em seus domínios. Todavia, os religiosos, indistintamente, por ordenação da Coroa, erigiam e administravam as aldeias de índios com o intuito de catequizar e civilizar os silvícolas. Frades e padres congregados pelos seus institutos construía as suas escolas contíguas às igrejas. Nisso e em muitos outros encargos nada diferiam entre si. Todas as ordens contribuíram para construir a cultura brasileira e a mentalidade da sua população, a religiosidade popular, em regiões distintas e em períodos diferentes.

Com a extinção da dinastia de Avis – com a morte do jovem D. Sebastião (1554-1578), em 1578, e do seu sucessor, D. Henrique (1512-1580), em 1580, aos 68 anos – e com a subida do rei espanhol Felipe II (1527-1598) da dinastia habsburgo-espanhola como Felipe I ao trono português – por uma crise de sucessão, a coroação realizou-se somente em 1581 –, houve, obviamente, novas iniciativas de missão no

Ultramar e novas possibilidades para as outras ordens religiosas. Nesse período de transição e da instalação definitiva da União Ibérica (1580-1640), o monopólio anterior da Companhia de Jesus foi abalado e outras ordens religiosas foram autorizadas a enviar missionários ao Brasil, como os carmelitas (em 1580), os beneditinos (em 1582) e os franciscanos (em 1585) (Mainka, 2017).

Desde o estabelecimento definitivo dos franciscanos, no Brasil, em 1585, com a ereção do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda (PE), era interesse dominante da ordem dotar os conventos de escolas e cursos: “Escolas de primeiras letras mantidas ‘fora da portaria’ para o ensino da doutrina aos índios e estudos dentro do convento para os candidatos ao sacerdócio foram duas linhas de pensamento presentes desde o momento da fixação” (Amorim, 1999, p. 364, grifo do autor).

Mal postos os pés em Olinda, os frades iniciaram a catequese entre os indígenas. Jaboatão (1858-1862) dá notícias de que, em 1586, os franciscanos fundaram um internato para os curumins, local em que aprendiam a doutrina cristã e eram ensinados a ler, escrever, contar, cantar e tocar instrumentos musicais. Os curumins do internato acompanhavam os missionários nas viagens aos sertões e a diferentes aldeias, cooperando imensamente na atividade catequética, de modo a encontrar os termos adequados e as comparações próprias para explicarem aos adultos os conceitos da religião cristã (Jaboatão, 1858-1862, Parte I, Vol. 2, Livro I, nº 136, p. 150). A escola dos meninos era “[...] o principal cuidado dos religiosos” (Jaboatão, 1858-1862, Parte I, Vol. 2, Livro I, nº 136, p. 150). O cronista franciscano salienta que, entre as matérias de ensino, a música era aquela que mais apreciavam os índios, em razão de sua inclinação cultural, e elogia o pronunciado talento dos alunos que, com maestria, cantavam e tocavam instrumentos musicais nos atos litúrgicos (Jaboatão, 1858-1862, Parte I, Vol. 2, Livro I, nº 137, p. 151).

Os franciscanos instalavam as suas escolas de gramática ou primeiras letras, entre a igreja e a residência, nas localidades em que atuavam. Segundo as estatísticas de frei Apolinário da Conceição, em 1740, apenas os conventos eram 29 (Conceição, 1740).

Frei Jaboatão dá notícias de que, na Província do Norte, a de Santo Antônio, a partir de 1718, funcionavam aulas gratuitas nos conventos de Serinhaém, Cairu, São Cristóvão, Penedo, Alagoas e Igarassu. Essas escolas contavam com a ajuda do rei, a título de retribuição, com esmolas para a enfermaria do convento (Jaboatão, 1858-1862, Parte II, Vol. II, Livro III, nº 289, p. 339; nº 469, p. 514, nº 537, p. 582; nº 555, p. 605; nº 563, p. 611).

Quando o provincial da Província do Santo Antônio do Brasil, frei Manuel da Ressureição, solicitou, em 1739, da Coroa portuguesa o aumento do número máximo de franciscanos, limitado naquele momento a 236 religiosos, ele justificou o seu pedido, entre outros, com ‘a atuação (dos franciscanos) como mestres de

gramática extramuros' (Oliveira, 2017), atividades regulares e integrais nos conventos existentes. Por meio de um Aviso Real de 1740, o número máximo foi elevado a 400, mas não satisfaz as necessidades das décadas seguintes. Com o mesmo argumento utilizado em 1739, os franciscanos repetiram, em 1779, a solicitação de outro aumento do número máximo, destacando, de novo, as suas atividades educacionais nos seus conventos, ou seja, os franciscanos desenvolveram atividades nítidas na área da educação durante a época colonial, como Tania Iglesias (2010) já tinha destacado.

Ao sul, na região coberta pela Província da Imaculada Conceição do Brasil¹¹, os franciscanos realizavam missões-volante, tendo por base os seus conventos, de modo que não estabeleciam residência permanente nas aldeias de índios. A partir da primeira metade do século XVIII, também foram responsáveis por escolas de primeiras letras. Informações de Frei Apolinário da Conceição (1733) dão conta de que, no ano de 1733, existiam aulas gratuitas de gramática, em quatro conventos do sul, Macacu, Cabo-Frio, Taubaté e Itu, onde se ensinava também a ler, escrever e contar; e, por volta de 1740, o mesmo frei Apolinário da Conceição afirma ter esse número aumentado para cinco, mas sem nomear o quinto (Conceição, 1972), supondo frei Basílio Röwer (1947) tratar-se do Convento de Vitória.

Segundo Frei Venâncio Willeke (1961, p. 87, grifo do autor),

Enquanto as escolas dos jesuítas de preferência visavam às cidades, as escolas dos franciscanos beneficiavam o interior, onde os padres seculares na qualidade de capelães dos engenhos de açúcar instruíam tão somente os filhos da chamada 'Casa Grande' ficando porém os povoados dependentes da caridade dos filhos de São Francisco.

Quanto ao ensino secundário propriamente dito, a atuação franciscana só foi possível após a expulsão dos jesuítas. Por designação régia, os franciscanos assumiram várias escolas dos jesuítas e fundaram tantas outras. Em Pernambuco, os franciscanos foram chamados “[...] a abrir aulas nos conventos do Recife e Olinda, evitando assim que os rapazes estudantes perdessem o tempo” (Mueller, 1957, p. 174). O mesmo ocorreu na Paraíba. A pedido do governador de Pernambuco, os franciscanos abriram “[...] classes e escolas, sem embargo de não ter acomodações competentes, assim na referida Vila [de Recife] como nas cidades de Olinda e Paraíba, por serem as únicas terras desse Governo em que não as tinham, por pertencerem aos Religiosos Jesuítas” (Carta do governador..., 1759, Cx 52). Em resposta às ações do governador de Pernambuco, o próprio conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal, em despacho expedido em 12 de novembro de 1759, sugere que

¹¹ Essa Província foi erigida, oficialmente, no dia 15 de julho de 1675, pelo Papa Clemente X, mediante a Bula *Pastoralis Officii*, desmembrada da Província de Santo Antônio do Brasil.

se deem aos capuchos mais classes, se preciso, atestando haver “[...] entre eles quem seja capaz de as reger” (Despacho expedido...,1759, Cx 52). Os estudos secundários para leigos estabelecem-se progressivamente em conventos franciscanos, mesmo em aldeias de índios, como informou Maria do Carmo Tavares Miranda (1969). Apesar da ordem do marquês de Pombal dada em 1759, que proibiu aos religiosos dar aulas públicas de primeiras letras e de gramática, os franciscanos continuaram a ministrá-las dentro e fora dos muros conventuais, na segunda metade do século XVIII, pelo menos até o ano de 1785 (Oliveira, 2017), numa época em que os conventos franciscanos já haviam entrado num processo de envelhecimento dos seus religiosos (Oliveira, 2017).

Encontramos também análises consistentes da educação brasileira no período colonial que alargam o âmbito educativo para além do ensino formal escolarizado. Afinal, o número de alunos e de escolas das ordens religiosas era ínfimo. Não esqueçamos que a impressão de livros ou a circulação de jornais eram proibidas, e as raras possibilidades de leitura restringiam-se à minudência das bibliotecas eclesiásticas ou de alguns particulares. Evidentemente que os processos de educação popular que atingiam a massa não eram os escolarizados. Ainda que afeitas à esfera religiosa, as manifestações públicas da fé, a ação litúrgica, as festas e as devoções religiosas, as procissões, as pregações, as artes sacras produziam efeito formativo notável sobre a sociedade colonial¹².

CULTURA, ARTE E SINCRETISMO

Os franciscanos, cuja presença e atuação se deram ininterruptamente desde 1500 até nossos dias, além de terem sido o grupo religioso mais numeroso, foram detentores de singular criatividade. A arte de inspiração franciscana teve o mérito de amalgamar-se ao gosto e às lutas populares de índios, de negros e de gente mestiçada. Desse modo, os santos franciscanos, a exemplo de Santo Antônio e São Benedito, sincretizados com orixás, voduns e inquices africanos (Exú, Bará, Verequete, Xangó, Ogum, Ossaim, Lingongo), são cultuados, até hoje, nos candomblés, nas umbandas e macumbas espalhados pelo Brasil.

Os franciscanos tiveram o mérito de erguer alguns dos principais marcos arquitetônicos do barroco: suas igrejas e conventos. Erigidos da região amazônica ao sul do país, são monumentos-testemunhos da pujança desse grupo religioso. A igreja do convento franciscano de Cairu, na Bahia, de autoria de frei Daniel de São Francisco, é exemplo de projeto audacioso e inventivo. Foi o primeiro templo construído no Brasil que se afiliou ao barroco antes mesmo que uma fachada barroca aparecesse em Portugal (Sousa, 2005; Argolo, 2010). Dos seus púlpitos, nas

¹² A formação ministrada pelos pregadores é desenvolvida em: Duran (2013).

grandes naves que serviam de aula, a arte sermônica dos frades atraía da elite ao povo mais simples.

As igrejas das confrarias e ordens terceiras de São Francisco são também dignas de nota. Um dos mais belos textos pictóricos produzidos pelo barroco brasileiro adorna o teto da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em Ouro Preto: a pintura em perspectiva da Assunção de Nossa Senhora, do Mestre Ataíde. Saltam à vista a mulata Virgem e anjos da mesma cor em suas expressões mestiças. E ainda hoje os santeiros do Nordeste fazem todo santo de barro parecer com Santo Antônio (Freyre, 1959).

O forte apelo estético à sensorialidade foi uma estratégia promissora e, aparentemente, eficaz dos dominadores para aculturarem indígenas, negros, crioulos e mestiços. Mas as expressões da arte protagonizadas pelos artistas populares logo se tornaram incontrolláveis e, de certo modo, incognoscíveis aos detentores dos seus códigos canônicos, porque as luzes, as cores, as texturas, os sons, os olores, as formas, os sabores abriram as portas da percepção a outros mundos possíveis de significados. É nesse sentido que o sincretismo toma a forma de resistência cultural e é uma das mais genuínas e belas expressões da nossa cultura. A arte brasileira, em especial na sua expressão barroca e franciscana, foi pródiga na tentativa de emprestar novos sentidos à existência no mundo dos trópicos. Tratou-se de buscar uma linguagem (pela palavra, música, pintura, dança, escultura, arquitetura) capaz de enunciar o desejo de superação do cotidiano vulgar e óbvio das coisas que pareceram ordenadas a um destino predeterminado e pouco promissor. Pela arte foi possível resistir e transcender à banalidade da violência, da exclusão e da morte.

O catolicismo franciscano enriqueceu o substrato cultural sobre o qual germinou uma peculiar mestiçagem, ao facilitar o surgimento de catalizadores culturais dotados de intensa capacidade de afetar a sensibilidade das gentes que formaram a nação. Tal movimento de empatias tornou franciscana a alma brasileira. Serge Gruzinski (1999) investigou esses processos de mestiçagem no exemplo do México.

A ALEGADA FALTA DE FONTES FRANCISCANAS

Finalmente, é necessário superar a pretensa ausência de fontes documentais que justificaria a insuficiente avaliação da historiografia acerca da obra que realizaram os franciscanos no âmbito da política e da sociedade, da cultura e da educação na época do Brasil colonial. Não obstante a imensa quantidade de fontes jesuíticas e a facilidade de acesso a elas, há abundantes fontes franciscanas disponíveis a quem queira se dedicar à sua investigação, no que pesem a dispersão e a pouca organização dessas fontes.

Inicialmente, temos que nos remeter às histórias e crônicas produzidas pelos próprios franciscanos no período colonial, porém menos conhecidas entre o público acadêmico e menos exploradas pelos cientistas e pesquisadores que se ocupam com as questões do Brasil colonial. Trata-se dos seguintes autores e das suas obras: frei Manuel da Ilha (?-1637) (Pacheco, 2018) e a sua *Narrativa da Custódia de Santo Antônio no Brasil* (1621) (Ilha, 1975); frei Vicente do Salvador (1564-1636/39?) e a sua *História do Brasil* (1500-1627) (Salvador, 2008), publicada a primeira vez nos anais da Biblioteca Nacional (1888) e editada, novamente, em 1918, por Capistrano de Abreu; finalmente, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) e o seu *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil* (1761), estruturado em cinco partes e publicado em dois volumes (Jaboatão, 1858/1862). Em relação à fauna e à flora do Brasil, destacam-se os seguintes autores: frei Cristovão de Lisboa (1583-1652), considerado um dos primeiros naturalistas do Brasil e firme defensor dos direitos dos indígenas, e a sua *História dos animais e árvores de Maranhão* (Lisboa, 1967), um manuscrito redescoberto somente em 1933 e impresso, a primeira vez, em 1967; e frei José Mariano da Conceição Vellozo (1742-1811), nascido na comarca do Rio Grande das Mortes (MG), botânico e cientista natural, que publicou a sua famosa *Flora Fluminensis* (1825/27), fruto dos seus estudos botânicos realizados na região do Rio de Janeiro (Vellozo, 2018).

Podemos acrescentar duas obras famosas de religiosos que participaram, no início do século XVII, da invasão dos franceses no Maranhão, região no norte do Brasil naquela época ainda pouco conhecida e explorada, e do projeto colonizador da França Equinocial (Daher, 2007). Trata-se de duas obras em francês, uma do capuchinho frei Claude D'Abbeville (?-1616/1632?), intitulada *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (1614) (D'Abbeville, 1874), publicada em português em 1874 por César Augusto Marques, e outra do frei Yves D'Evreux (1577?-1620?), intitulada *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos 1613 a 1614* (D'Evreux, 2002) com informações valiosíssimas sobre os indígenas tupinambá e os seus costumes.

Existe, portanto, um número disponível razoável de histórias e crônicas, relações e descrições escritas por autores franciscanos; de forma impressa, um número, obviamente, menor do que no lado jesuítico, mas, quanto ao valor de informação, não menos importante. A historiografia franciscana, especialmente a obra volumosa de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, contém ainda muitos detalhes e pormenores que possam dar novas e outras luzes à história e, especialmente, à história da educação no Brasil colonial.

Quanto às fontes primárias, os manuscritos e documentos guardados nos arquivos públicos, eclesiásticos e sobretudo franciscanos, afirma Maria Adelina Amorim (1999, p. 362-363) que “[...] a inventariação sistemática e posterior tratamento arquivístico da documentação existente contribuiriam de forma decisiva

para o reequacionamento da temática”¹⁵. Por seu sistema implantado à instituição de comunicação regular e frequente, de forma escrita, de baixo para cima e vice-versa, a Companhia de Jesus produziu, naturalmente, mais manuscritos e documentos do que a Ordem de São Francisco, baseada mais na comunicação oral, e as outras ordens religiosas. Mesmo assim, os franciscanos no Brasil colonial, distribuídos em duas províncias a partir de 1675/77, precisavam também da comunicação escrita – como qualquer outra instituição – entre os conventos, casas e missões e os superiores provinciais, entre os comissariados, as custódias e as províncias e a central da ordem em Roma e entre as instituições da ordem franciscana e as autoridades seculares no Brasil e em Portugal.

As fontes históricas disponíveis, os resultados dessas correspondências cobrem quatro séculos da ação franciscana, de norte a sul do país, e estão sob a guarda de dois arquivos administrados pelas Províncias Franciscanas de Santo Antônio do Brasil, com sede em Recife, PE, e da Imaculada Conceição do Brasil, com sede em São Paulo, SP. Além disso, podem ser encontrados reflexos da atuação franciscana também no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Torre do Tombo, ambos em Lisboa, bem como em outros arquivos eclesiásticos.

Os dois Arquivos Franciscanos, o de Recife e o de São Paulo, são detentores de acervos dos mais variados tipos e cobrem séculos da vida e da missão dos religiosos. Boa parte desse acervo está bem preservada e tratada; outra ainda aguarda por higienização, restauração e acondicionamento. Os arquivos surpreendem pela variedade e pelo valor do acervo disponível que engloba os mais diversos âmbitos: obras raras impressas, manuscritos encadernados, crônicas, livros ainda inéditos, documentos avulsos, fotografias (entre elas, 384 fotografias, em preto e branco, de manifestações religiosas afro de comunidade de candomblé do Recôncavo da Bahia), iconografias (cerca de vinte mil imagens que abarcam paisagens regionais, monumentos, atividades religiosas e sociais, viagens, vida e costumes de povos indígenas das regiões Nordeste e Amazônica), filmes, material de uso pastoral, documentos relativos às associações e confrarias religiosas de laicos, musicografia, cartografia, artes visuais, numismática, filatelia, objetos pessoais, além de acervo de documentos de escravos.

Está à espera dos pesquisadores um riquíssimo material que suscita uma variada gama de interesses e de temáticas sob o esforço analítico das antigas e das

¹⁵A própria Amorim (2011) dá relevante contribuição nesse sentido. O segundo tomo de sua tese de doutorado é um elenco documental em que apresenta e transcreve cartas, decretos, consultas, relatórios, petições, certificados, processos judiciais, contratos, pareceres jurídicos e teológicos, inquirições, bem como bulas e breves papais, ofícios, cartas régias, memórias, termos, inventários de bens, registros de contabilidade, assentos de disputas entre os vários ramos da Ordem Franciscana, e com outras ordens e instituições públicas e privadas, assim como outros textos considerados importantes para o esclarecimento da problemática da missão nos territórios do Maranhão e Grão-Pará durante os séculos XVII e XVIII, boa parte deles inédita.

atuais influências do franciscanismo, na história, na sociedade e na cultura popular e nas suas formas de expressão, muitas das quais se caracterizaram por peculiar sincretismo: as religiões, as festas, o culto aos santos e às divindades africanas, as procissões, a constituição de confrarias e de irmandades religiosas laicas de cunho étnico e sua relação com os carnavais; as diversas manifestações da arte popular: as artes visuais, as artes cênicas e musicais, as artes literárias, bem como a arquitetura e o urbanismo, dando destaque aos conventos franciscanos, verdadeiros monumentos arquitetônicos dispostos a testemunhar a ação franciscana e que exerceram importante papel indutor de novos núcleos urbanos, de modo a valorizar a função religiosa e social nos seus arredores. As fontes primárias seculares, únicas, originais, desde o Brasil colonial, e mais a produção intelectual e artística dos frades são capazes não apenas de explicar e valorizar a ação dos franciscanos, mas também de registrar importantes aspectos da vida cotidiana e da cultura do povo brasileiro.

Ao contrário da Companhia de Jesus, quase não há publicações de fontes impressas nem séries desse tipo. Manuscritos e documentos da Ordem Franciscana foram publicados, de forma esparsa e isolada, mas um projeto de disponibilizar esses documentos, seja de forma impressa, seja de forma digital, até agora não existe.

Nas décadas de 1950 e 1960, historiadores franciscanos, a exemplo de Venâncio Willeke, Bonifácio Müller, Basílio Röwer e Dagoberto Romag, realizaram amplas pesquisas sobre a história da Ordem Franciscana no Brasil, conseguindo disponibilizar novos documentos manuscritos para a historiografia. O nível documental alcançado pelos frades-historiadores pertencentes às duas Províncias Franciscanas existentes no Brasil, naquele período, formou a base de conhecimento para a maioria dos estudos nas décadas seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da virada para o século XXI, percebemos uma série de novos trabalhos científicos sobre a atuação missionária e educacional da Ordem de São Francisco no *Portuguese Seaborne Empire* (Boxer, 1969)¹⁴ e, especialmente, no Brasil colonial¹⁵. Apesar de essas novas iniciativas pesquisadoras e de os ricos acervos dos Arquivos Provinciais Franciscanos no Recife e em São Paulo estarem à disposição da pesquisa histórica, ainda ficam, em grande parte, despercebidos. A Ordem de São Francisco permanece, ainda, na atualidade, à sombra da Companhia de Jesus.

Nossa intenção foi a de colaborar no esforço de dar visibilidade ao que já foi produzido, nas duas últimas décadas, e reforçar a percepção de diversos

¹⁴ Traduzido para o português sob o título: *O império colonial português: 1415-1825* (2ª reimpressão 2006). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁵ Podem ser mencionados, entre outros, os estudos de Amorim (2005), Sangenis (2006), Iglesias (2010), Casimiro (2012) e Faria (2013); informações bibliográficas completas nas referências bibliográficas.

pesquisadores, ainda que em iniciativas isoladas, da necessidade de tematizar as demais ordens religiosas que estão ainda a merecer atenção da historiografia, tanto no campo mais largo da história do Brasil, quanto mais, especificamente, no campo da história da educação brasileira. Importante que novas fontes documentais, além das jesuíticas, sejam levantadas e mesmo catalogadas com o objetivo de facilitar o trabalho dos pesquisadores que se interessem pela atuação de outras ordens que marcaram presença no período colonial brasileiro.

Constatamos que, em relação aos franciscanos, houve avanços significativos consubstanciados em trabalhos de maior fôlego e que inventariam parte das fontes atualmente conhecidas e acessíveis ao público, não obstante considerarmos que muito está por ser feito.

Não será a hora de reunir os pesquisadores que se dedicam ao estudo da Ordem de São Francisco e iniciar um amplo projeto de pesquisa com o intuito de disponibilizar fontes especificamente franciscanas ao acesso público, a fim de destacar a perspectiva franciscana sobre a época colonial e possibilitar uma visão mais completa sobre a história e a história da educação do Brasil colonial?

Se conseguirmos incluir a voz franciscana no coro do passado – e isso é possível, sem dúvida alguma –, teremos uma visão mais adequada à atuação das duas ordens religiosas na época colonial e à realidade histórica, em geral, do Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

- Amorim, M. A. (1999). A formação dos franciscanos no Brasil-Colônia à luz dos textos legais. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 11, 361-377.
- Amorim, M. A. (2005). *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa, PT: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Amorim, M. A. (2011). *A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão: 1622-1750* (Tese de Doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Anchieta, J. (1933). *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional.
- Antonil, A. J. (2007). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (Introdução e notas por Silva, A. M. D., Documenta Uspiana, Vol. 11). São Paulo, SP: Editora da USP.

- Aranha, M. L. A. (2006). *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo, SP: Moderna.
- Argolo, J. D. (2010). *O Convento Franciscano de Cairu*. Recuperado de:
<https://www.ilhaboipeba.org.br/im-boipeba/Programa-MonumentalIphan-O-Convento-Franciscano-de-Cairu.pdf>
- Archivum Romanum Societatis Iesu. (2019). Recuperado de:
<http://www.sjweb.info/arsi/Monumenta.cfm>.
- Benci, J. (1954). *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (Edição de Serafim Leite). Porto, PT: Apostolado da Imprensa.
- Bettendorff, J. F. (1990). *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (2a ed.). Belém, PA: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN)/Secretaria de Estado da Cultura (SECULT).
- Borja González, G. (2011). *Die jesuitischeBerichterstattungüber die Neue Welt. ZurVeröffentlichungs-, Verbreitungs- undRezeptionsgeschichtejesuitischer Americana auf dem deutschenBuchmarkt imZeitalter der Aufklärung*. Göttingen, GER: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Boxer, C. M. (1969). *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*. London, FR: Hutchinson.
- Cardim, F. (1847). *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...]* (Edição de Francisco Adolfo de Varnhagen). Lisboa, PT: Imprensa Nacional.
- Cardim, F. (1939). *Tratados da terra e gente do Brasil* (2a ed., Introdução e notas Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). São Paulo, SP: Nacional.
- Carta do Governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania (1759). *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.
- Casimiro, A. P. B. S. (2012). *A procissão de cinza dos terceiros franciscanos da Bahia: uma expressão religiosa, pedagógica e barroca no mundo colonial*. Campinas, SP: Librum.

- Conceição, A. (1740). *Claustro Franciscano erecto no domínio da coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseisvenerabilissimascolumnas. Expoem-se sua origem, e estado presente, a de seus conventos e mosteiros. annos de suas Fundações, numero de Hospícios, Prefeituras, Recolhimentos, Parochias, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem collegialmente, tanto em Portugal como em suas Conquistas*. Lisboa, PT: Off. de António Isidoro da Fonseca.
- Conceição, A. (1972). Epítome do que em breve suma contém esta Província de Nossa Senhora da Conceição da Cidade do Rio de Janeiro do Estado do Brasil. *Revista do IHGB*, 296.
- Conceição, A. (1733). *Primazia Seráfica na Regiam da America, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o novo Mundo com suas virtudes, e acçoens*. Lisboa, PT: Lisboa Occidental.
- D'Abbeville, C. (1874). *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (Traduzido e anotado por Cezar Augusto Marques). São Luiz, MA: Tip. do Frias.
- Daher, A. (2007). *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial - 1612-1615*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Daniel, J. (1975). Tesouro descoberto no Rio Máximo Amazonas. In *Anais da Biblioteca Nacional do Brasil* (Vol. 95, partes 1 e 2). Rio de Janeiro, RJ.
- Despacho expedido pelo Conde de Oeiras para o Governador de Pernambuco dando conta das vantagens econômicas em ser divulgado o justo motivo da expulsão dos jesuítas, etc. (1759). *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.
- D'Evreux, Y. (2002). *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos 1613 a 1614*. São Paulo: Siciliano.
- Duran, M. R.C. (2013). *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746-1834*. São Paulo, SP: Unesp.
- Espaços coloniais: domínios, poderes e representações. 2018. Recuperado de: <https://viieihc.wixsite.com/eihc-2018>.
- Faria, P. S. (2013). *A conquista das almas do oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Figueira, L. (1887). A relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. *Revista do Instituto do Ceará*, I, 97-138. Recuperado de: <http://www.institutodoceara.org.br/>

Franca, L. (1952). *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro, RJ: Agir.

Freyre, G. (1959). *A propósito de frades*. Salvador, BA: Progresso.

Friedrich, M. (2011). *Der lange Arm Roms? Globale Verwaltung und Kommunikation im Jesuitenorden (1540-1773)*. Frankfurt am Main, GER: Campus Verlag.

Friedrich, M. (2016). *Die Jesuiten. Aufstieg, Niedergang, Neubeginn*. München, GER: Piper Verlag.

Gruzinski, S. (1999). *Opensamentomestiço*. São Paulo, SP: Companhia de Letras.

Iglesias, T. C. (2010). *A experiência educadora da Ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Ilha, M. (1975). *Narrativa da Custódia de Santo Antônio no Brasil 1584/1621* (Introdução, notas e tradução portuguesa de Frei Ildefonso Silveira). Petrópolis, RJ: Vozes.

Jaboatão, A. S. M. (1858-1862). *Novo orbe serafico brasílico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil* (Partes 1 e 2). Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro.

Leite, S. (1954). *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Leite, S. (1940). *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Lisboa, C. (1967). *História dos animais e árvores de Maranhão*. Lisboa, PT: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Lucáks, L. (1965-1992). *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu Nova Editio* (1540-1616). Romae/Cittádi Castello (Peruggia): Tipografia Unione Arti Grafiche.

Mainka, P. (2017). A serviço da Igreja e da Coroa – missionação, domesticação e colonização: os franciscanos e os gentios (1585-1619). *Revista Teoria e Prática da*

- Educação*, 20(1), 5-22. Recuperado de:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/44905>
- Miranda, M. C. T. (1969). *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco.
- Mueller, B. (1957). Origem e desenvolvimento da Província de Santo Antônio. In Vari. *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil: 1657-1957*(Vol. I). Recife, PE: Provincialado Franciscano.
- Oliveira, C. S. (2017). Os franciscanos na Província de Santo Antônio do Brasil: formação religiosa e instrução entre o setecentos e o oitocentos na Paraíba. *Revista História da Educação*, 21(53), 120-143. Recuperado de:
[ehttps://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/64462](https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/64462).
- Pacheco, M. L. (2018). Cronista de uma Custódia distante: Fr. Manuel da Ilha e sua Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1621). *Revista de História*, 177, 1-32. Recuperado de:
https://www.researchgate.net/publication/325631883_Cronista_de_uma_custodia_distante_fr_Manuel_da_Ilha_e_sua_Narrativa_da_Custodia_de_santo_Antonio_do_Brasil_1621
- Romag, D. (1940). *História dos franciscanos no Brasil: 1500-1659*. Curitiba, RJ: Tip. João Haupt & Cia.
- Röwer, B. (1947). *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sangenis, L. F. C. (2004). *Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na educação brasileira* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Sangenis, L. F. C. (2006). *Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Salvador, V. (2008). *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*(Edição e introdução de Maria Lêda Oliveira. História e política no império português do séc. XVII, 2 vol.). Rio de Janeiro, RJ: Versal / São Paulo: Odebrecht.
- Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Sousa, A. (2005). *A invenção do barroco brasileiro: a igreja franciscana de Cairu*. João Pessoa, PA: UFPB/Editora Universitária.

- Vainfas, R. (2000). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Vat, O. V. D. (1944). Os primeiros missionários de Santa Catarina. *Revista Vozes de Petrópolis*, (5), 656-57.
- Vat, O. V. D. (1948). The first franciscans of Brazil. *The Americas*, 5(1), 18-30.
- Vellozo, J. M. C. (2018). *Flora Fluminensis* (Documentos, reedição ampliada). Niterói, RJ: EdUFF.
- Vieira, A. (1954-1957). *Sermões* (24 vol.). São Paulo, SP: Américas.
- Willeke, V. (1961). Escolas Franciscanas do Brasil. *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, V(1), 81-93.

LUIZ FERNANDO CONDE SANGENIS é Possui Licenciatura em Filosofia pela UERJ, Licenciatura em Pedagogia pela UFF, Mestrado em Educação pela UFF, Doutorado em Educação pela UFF, com bolsa do CNPq para Doutorado Sandwich na Universidade de Évora, em Portugal, com Pós-Doutorado na Unicamp. Professor Associado da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Docente do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais, líder do Grupo de Pesquisa SERAPHICUS e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação. Suas Áreas de Pesquisa são: Formação de Professores e Fundamentos da Educação, com ênfase na Filosofia da Educação, História da Educação e Educação Franciscana.

E-mail: lfsangenis@uol.com.br
<http://orcid.org/0000-0002-2833-0365>

PETER JOHANN MAINKA é Magister Artium (M.A.) e Doutor em História pela Julius-Maximilians-Universität Würzburg (JMUW), Würzburg/Bayern/Alemanha. Atuação: Professor visitante de História da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis/SC/Brasil. Docente na JMUW e na Fachhochschule (FH) Würzburg-Schweinfurt. Áreas de pesquisa: História moderna; História do Brasil Colonial; Relações entre o Brasil e a Alemanha.

E-mail: bontempi@usp.br
<http://orcid.org/0000-0003-4921-4221>

Recebido em: 12.03.2018

Aprovado em: 16.04.2019

Como citar este artigo: Sangenis, L F. C. & Mainka, P. J. (2019). Presença franciscana e supremacia jesuítica no campo da história e da história da educação na época colonial – um diagnóstico na pesquisa historiográfica a partir da análise dos CBHE da SBHE. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e061>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).